

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Em 1955, Emmett Till era um jovem negro de 14 anos que morava em Chicago, cidade no norte do estado do Illinois, às margens do lago Michigan, na região dos Grandes Lagos. Chicago não era, por assim dizer, um exemplo de integração racial, mas a situação por lá era bem menos tensa do que no Sul, em especial quando comparada àquela nos estados da Carolina do Norte, Carolina do Sul, Geórgia, Alabama, Tennessee e Mississippi.

Pois foi para o Mississippi que Emmett viajou no verão de 1955. Sua mãe o enviou para visitar o tio Moses Wright, que morava na pequena cidade de Money. Emmett chegava a um local onde mais de 500 casos de linchamentos de negros haviam sido documentados desde 1882 e onde assassinatos por motivos raciais não eram raros. Ao mesmo tempo, o clima no Sul não estaria nada bom naquele verão, em especial depois da decisão da Suprema Corte norte-americana, em 1954, dando ganho de causa à proibição da segregação racial nas escolas do país.

Emmett chegou a Money em 21 de agosto daquele ano e logo se enturmou com os jovens catadores de algodão da comunidade negra local. Três dias depois, estava com eles em uma mercearia. A partir deste ponto, há várias versões sobre o que aconteceu.

Um relato conta que Emmett tinha sempre no bolso a foto de uma amiga branca de Chicago, que gostava de exibir aos jovens locais como sua namorada. Um deles então o teria desafiado a falar, na mercearia, com a jovem branca Carolyn Bryant, mulher de Roy Bryant, dono do estabelecimento. Carolyn estava sempre na loja e os negros da região sabiam disso. Segundo consta, Emmett teria ido até a mercearia, comprado uma bala e se despedido de Carolyn com um “bye, baby”.

Outra história diz que Emmett teria assoviado para Carolyn. Ela mais tarde contou que ele, na verdade, a agarrara e convidara para um encontro, enquanto Roy estava fora da cidade, viajando.

A história chegou a ser narrada por um jornal local e quando o marido branco de Carolyn voltou para casa, três dias depois, toda a cidade sabia do “incidente”.

Roy, de 29 anos, então decidiu chamar seu meio-irmão J.W. Milam, de 40 anos, para ensinar a Emmett, que ainda sofria os resquícios de uma

paralisia infantil, “uma lição”. Eles se encontraram às duas horas da manhã de domingo, 28 de agosto de 1955. Meia hora depois, já estavam com o jovem negro no carro.

Emmett foi levado até uma plantação inóspita no condado de Sunflower, vizinho a Money. Foi primeiro surrado até que teve um olho arrancado, depois levou um tiro de uma pistola 45 e, em seguida, teve o seu pescoço amarrado com arame farpado a um peso de mais de dois quilos, para que afundasse quando fosse jogado ao rio Tallahatchie. Quando o corpo foi encontrado, só pôde ser reconhecido pela família por causa de um anel que usava.

Mais tarde, naquele mesmo ano, em 5 de dezembro de 1955, Martin Luther King fora escolhido para presidir a Montgomery Improvement Association (MIA – Associação pelo Progresso de Montgomery), uma pequena semente do movimento por direitos civis que varreria os Estados Unidos e teria Luther King como a principal liderança até o seu assassinato em Memphis, em 1968. “O 5 de dezembro de 1955 foi um dos dias mais memoráveis e inspiradores da minha vida”, conta Rosa Louise Parks, na introdução ao primeiro discurso de Luther King como presidente da MIA – onde começa este livro.

Quatro dias antes, em 1ª de dezembro, Rosa Louise Parks fora presa em Montgomery, Alabama, por se recusar a ceder o lugar num ônibus municipal a um homem branco. Os líderes da comunidade negra local a procuraram e sugeriram uma ação civil com o objetivo de pôr fim à segregação nos ônibus da cidade.

Rosa aceitou o desafio, e a MIA foi criada para liderar um boicote dos negros ao transporte público. Tinha assim início a primeira ação de não-violência liderada por Martin Luther King.

“Chega a hora em que as pessoas se cansam de ser pisoteadas pelo pé de ferro da opressão. Chega a hora, meus amigos, em que as pessoas se cansam de ser lançadas no abismo da humilhação, onde vivenciam a desolação de um pungente desespero. Chega a hora em que as pessoas se cansam de ser alijadas do brilhante e vívido sol de julho e abandonadas ao frio cortante de um novembro alpino”, afirmou Luther King, na ocasião, incitando à revolta, mas nunca à violência.

“Nenhuma cruz arderá em chamas nas paradas de ônibus de Montgomery. Nenhum branco será arrancado de sua casa, levado ao longo de uma estrada distante e linchado por não cooperar. Nenhum de nós se erguerá para desafiar a Constituição de nossa nação. Somente nos reunimos aqui movidos pelo desejo de que o direito prevaleça.”

Os discursos e as ações lideradas por Luther King ganharam notoriedade rapidamente. Já na campanha de 1960 para a Presidência dos Estados Unidos, John F. Kennedy comprou a bandeira do movimento por direitos civis depois de tirar Luther King de uma cadeia na Geórgia. Kennedy delegou ao seu irmão Robert, secretário de Justiça, a missão de dar continuidade aos esforços da administração Eisenhower para expandir, entre os negros do Sul, o registro que dá direito ao voto.

Para fazer isso, Washington começou a trabalhar com as organizações que lutavam pelos direitos civis na região. Em dois anos, John F. Kennedy multiplicou por cinco o número de negros registrados no *Deep South*. No entanto, isso não significa que tudo corria bem. Washington não conseguiu dar a proteção do FBI aos ativistas, que arriscavam a vida e muitas vezes acabavam no fundo dos rios, como os três do filme *Mississippi em chamas*, do diretor Alan Parker.

O presidente Kennedy fazia política. Nomeou vários negros para cargos altos do governo, mas também um juiz para o Supremo Tribunal que vinha do Mississippi e tinha no currículo o uso do termo *niggers* em corte, além de uma ocasião em que comparou a população negra a um “bando de chimpanzés”.

Para pressionar Washington, o movimento por direitos civis lançou uma Jornada pela Liberdade (*Freedom Ride*), no intuito de chamar a atenção para uma decisão do Supremo norte-americano contra a segregação nos ônibus e nas estações de trem interestaduais. Houve reação e violência da parte dos opositores brancos. Robert Kennedy tentava controlar a situação com os agentes do FBI enquanto seu irmão John estava envolvido com a Guerra Fria e a crise de Berlim.

Na primavera de 1963, Luther King deu início a uma série de manifestações em Birmingham, no Alabama, uma das cidades mais segregacionistas do Sul. Marchas e protestos em prol da integração racial nos prédios públicos e de mais empregos para a população negra da cidade foram respondidos com violência pela polícia comandada pelo comissário Eugene “Bull” Connor. Muitos foram presos, inclusive o próprio Luther King. Quando vários clérigos escreveram a ele, apelando para que negociasse, a resposta, da cadeia, foi segura:

“Uma ação direta de não-violência tem como objetivo criar crises como esta e gerar uma tensão a ponto de uma comunidade que sempre se recusou a negociar ser forçada a enfrentar a questão.”¹

Martin Luther King estava certo. Em 3 de maio daquele ano, seis mil crianças marcharam pela cidade em vez dos manifestantes presos. A res-

posta da polícia com cassetetes, jatos de água e cachorros estremeceu os Estados Unidos. Kennedy interveio e conseguiu dar fim aos confrontos garantindo boa parte da demanda dos negros.

Em 11 de junho, ainda em 1963, Kennedy deixou de lado a hesitação: “Estamos em face de uma questão moral. Tão antiga quanto as Escrituras e tão clara quanto a Constituição.” Oito dias depois, a Casa Branca propunha uma nova legislação de direitos civis que garantia acesso igualitário a todos os prédios públicos, bem como uma ampliação do direito ao voto para a população negra.

O movimento viu a ação de Kennedy como uma oportunidade e decidiu organizar uma megamanifestação em Washington. Em 28 de agosto, mais de duzentas mil pessoas se reuniram em frente ao Memorial Lincoln, em homenagem ao presidente norte-americano que levou à frente a causa da abolição.

Martin Luther King foi o último a discursar. De frente para o espelho-d'água que reflete o Monumento a Washington, Luther King levou o seu sonho à nação norte-americana e entrou de vez para as páginas da história, com um dos discursos mais belos e citados de todos os tempos.

“E digo-lhes hoje, meus amigos, mesmo diante das dificuldades de hoje e de amanhã, ainda tenho um sonho, um sonho profundamente enraizado no sonho americano. Eu tenho um sonho de que um dia esta nação se erguerá e experimentará o verdadeiro significado de sua crença: ‘Acreditamos que essas verdades são evidentes, que todos os homens são criados iguais.’² Eu tenho um sonho de que um dia, nas encostas vermelhas da Geórgia, os filhos dos antigos escravos sentarão ao lado dos filhos dos antigos senhores, à mesa da fraternidade. Eu tenho um sonho de que um dia até mesmo o estado do Mississippi, um estado sufocado pelo calor da injustiça, sufocado pelo calor da opressão, será um oásis de liberdade e justiça. Eu tenho um sonho de que os meus quatro filhos pequenos viverão um dia numa nação onde não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter. Hoje, eu tenho um sonho!”

Com tudo isso, engana-se quem reduz o espectro da ação não-violenta de Luther King aos Estados Unidos, aos turbulentos anos 1960 ou mesmo às questões raciais – o que talvez seja o principal motivo pelo qual os seus discursos permaneçam atuais e, principalmente, inspiradores de transformações sociais. Certamente, são temas típicos de um Martin Luther King a concentração de renda, a falta de saúde, de educação, de oportunidades, de Justiça e segurança.

“É justamente essa coalizão de um poder sem moral com uma moral sem poder que constitui a maior crise de nosso tempo”, afirmou o pastor quando se perguntou: “E agora, para onde vamos?”, penúltimo discurso desta obra.

Em 4 de abril de 1968, Martin Luther King estava na varanda de um hotel, esperando pelo amigo Ralph Abernathy,³ quando levou um tiro que o matou na hora. Na noite anterior, discursara dizendo que tinha estado no topo da montanha: “Ele me levou ao topo da montanha, olhei ao redor e contemplei a Terra Prometida. Posso não alcançá-la, mas quero que saibam que nós, como povo, chegaremos à Terra Prometida. Estou tão feliz; não me preocupo com nada; não temo homem algum. Meus olhos viram a glória da presença do Senhor.”

Arthur Ituassu

é professor de relações internacionais na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), mestre e candidato a doutor em relações internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e Fulbright Scholar com passagem pela Universidade da Carolina do Sul, nos Estados Unidos.